



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

ATA N.º 5/2016

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas vinte e uma horas e dez minutos em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: período para intervenção do público -----

PONTO DOIS : Período Antes da Ordem do Dia -----

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente -----

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos, de interesse para a Autarquia -----

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia -----

PONTO TRÊS PONTO UM: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira. -----

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da Ata nº4 da Sessão Ordinária de 24 de junho de 2016. -----

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo de Borba. -----

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Proposta de alteração ao Plano de Pormenor da UOPG-0 Conclusão do período de discussão pública. -----

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta de alienação das participações do Município de Borba na empresa Gestora das áreas de Deposição Comum dos Mármore, S.A. -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Proposta de Fixação de Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2017.

PONTO TRÊS PONTO SETE: Proposta de Lançamento de Derrama para o ano de 2017.

PONTO TRÊS PONTO OITO: Proposta de Fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2017.

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Proposta de Fixação de Participação Variável no IRS para o ano de 2017.

PONTO TRÊS PONTO DEZ: Pedido de autorização à Assembleia Municipal para Assunção de Compromissos Plurianuais- Aquisição de Serviços de Desenvolvimento de Atividades de Enriquecimento Curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico de Borba –Ano de 2016/2017.

PONTO TRÊS PONTO ONZE: Relatório de Monitorização e Acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro integrado no PAEL – 2º Trimestre de 2016 – Informação à Assembleia Municipal.

PONTO TRÊS PONTO DOZE: Apreciação do Relatório Semestral, do 1º Semestre de 2016, elaborado pelo Revisor Oficial de Contas (ROC). Título Informativo.

----- Tendo presente o nº 1 do artigo 57º da Lei 75/13 de 12 de Setembro lavra-se a presente ata----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da sessão, desejou boa noite a todos os presentes e solicitou que se realizasse a chamada, verificando-se a presença dos membros: Luiz Manuel dos Santos Bimbo; Joaquim Henrique Coimbra Rodrigo; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Célia Maria Matos Alpalhão; Pedro Manuel Alpalhão Bilro; Leonel António Valentim Infante; António Júlio Florindo Prates; Luís Miguel Generoso Baltazar; Ângelo João Guarda Verdades de Sá; Joaquim Manuel Ganito Trincadeiras; Augusto Manuel Bilro Guégués; João Miguel Cordeiro Geadas Letras; Paulo Jorge Ramos Ferreira; João Pedro Velez Paulo; Sérgio João Pécurto Gazimba; Crispim Francisco Avó Lopes; Paulo Jorge Panasco Aires; Quintino Manuel Primo Cordeiro; João António Ameixa Morgado.--

-----Verificou-se a ausência do membro: Ricardo Jorge Brinquete Lapão, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **documento nº.1**) e foi substituído pelo senhor Joaquim Henrique Coimbra Rodrigo; Francisco José Ramalho Mendes, que justificou a sua falta (cuja justificação



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

se arquiva em pasta anexa como o **documento nº 2**) e foi substituído pelo senhor Luís Miguel Generoso Baltazar; Pedro Manuel Lopes Grego, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **documento nº3**) e foi substituído pelo senhor Sérgio João Pécurto Gazimba. –

PONTO UM: Período para intervenção do público

----- O senhor João Espiguinha desejou boa noite a todos os presentes e disse "(...) estou aqui hoje, como representante da APAVEB – Associação de pais do Agrupamento Vertical da Escola de Borba, para expor novamente uns assuntos que já foram debatidos na assembleia, do passado dia vinte e nove de abril (...)".

----- afirmou estar a sentir-se "um bocadinho repetitivo".

----- Continuou "(...) vou tentar fazer uma intervenção mais pedagógica para salientar a importância dos assuntos trazidos a discussão aqui, nesta noite.

----- O aspeto basilar, que me traz aqui hoje, tem que ver com intervenções que foram solicitadas, no edifício principal da Escola Padre Bento Pereira de Borba. Sabemos, que este tema é um pouco delicado para alguns dos membros aqui presentes, porque supostamente a obra de Requalificação da Escola é tida como exemplar, modelar, mas se questionarmos todos quantos frequentam e trabalham naquela escola, vão-nos apontar algumas questões que ficaram por responder e por tratar devidamente. Foi neste contexto que a Associação de Pais tomou algumas resoluções, que em tempo oportuno, fez chegar a quem de direito, designadamente à Câmara (...).

----- Acrescentou "(...) o que nós vimos aqui pedir hoje, como intervenção prioritária, vem na sequência daquilo que já foi feito no dia vinte e nove de abril, que é a preparação de um espaço destinado aos miúdos, essencialmente, do primeiro ciclo. (...), porque na altura quem concebeu o projeto, esqueceu-se que iríamos ter cerca de duzentos miúdos. Apesar de terem salas muito bem delineadas, projetadas, esqueceram-se de um espaço de convívio, (...) que não existe para eles. Nós solicitámos à Câmara a colocação de um resguardo, de forma a aproveitar o pátio exterior do edifício".

----- Continuou "(...) há cinco meses atrás foi-nos dito que estávamos dependentes de pareceres, a lavrar por técnicos da Câmara ou por membros da DGEST, (...), neste momento nós precisamos de uma resposta concreta para o assunto exposto. Os pais têm nos pressionado, e com razão, e nós precisamos de saber qual é a solução, com que podemos contar, para que a obra fique pronta antes do inverno".

----- Disse, que o segundo aspeto, tinha que ver com o Plano de Evacuação, Medidas de Autoproteção. "Foi-nos dito há cinco meses, que o documento iria ser entregue junto das entidades competentes, temos conhecimento que isso aconteceu (...), mas neste momento o assunto está "parado". O que queremos saber? É se, já há um Plano aprovado? Se vai ser implementado? Quando é que ele vai ser implementado? Que medidas é que estão previstas? Se está previsto um simulacro a



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

breve trecho, todas estas questões que são de supra interesse para todos, designadamente para os nossos miúdos.” -----

----- Finalmente, uma questão muito simples que tem que ver com os Conselho Municipal de Segurança. “Em vinte e um de janeiro, a Associação de Pais remeteu para o senhor presidente da Câmara, com conhecimento ao presidente da Assembleia Municipal e de outras entidades, algumas questões que queríamos ver discutidas, nesse conselho. Hoje remeti novamente o mail, a pedir que sejam discutidas as questões já anteriormente enunciadas. Ao fim de um ano de constituição deste conselho, não faz sentido, ainda não terem sido discutidas medidas em concreto, que possam traduzir-se em melhorias para o nosso concelho, designadamente, em questões de segurança que envolvam o perímetro da escola e a ação dos nossos miúdos”. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** desejou boa noite a todos os presentes e disse “(...) a obra aqui solicitada pela associação de pais, é simples de fazer, e será efetuada atempadamente (...)”. -----

----- No que respeita às Medidas de Autoproteção, informou que o processo está em andamento. Explicou terem sido pedidos novos elementos à pessoa responsável pela elaboração do Plano, e que a Autoridade da Proteção Civil, aguarda pelo envio do referido plano, para o mesmo poder ser avaliado.

----- Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, informou que algumas das questões de que já tinham falado, estavam relacionadas com o estacionamento, passagem de peões, na movimentação das crianças para a escola. Acrescentou “(...) são questões que todos os dias, procuramos resolver com a Escola Segura e a GNR.” -----

----- Informou, “(...) o simulacro está previsto entre as férias do Carnaval e a Páscoa, entre fevereiro e abril (...)”. -----

----- Concluiu “(...) na minha opinião antes de se fazer a Requalificação da Escola, dever-se-ia ter falado com a escola (diretores), para que o projeto contemplasse todos os aspetos necessários e efetivos, para o bom funcionamento da mesma, e para quem nela estuda e trabalha”. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** desejou boa noite a todos os presentes e disse “(...)”, relativamente às questões da escola, eu não tenho nada mais a dizer. O que eu sugeria, era que o senhor presidente da câmara e todos os interessados, reunissem com os técnicos da Câmara e técnicos da Direção Regional da Educação, que acompanharam a elaboração do projeto, e aí concluíam, que existem espaços para os alunos, mais que suficientes dentro da escola, para passarem os seus tempos livres (...). Referiu, “(...) tudo o que foi feito na altura da Requalificação da Escola, foi feito com pareceres da Direção Regional, que acompanhou o projeto”. -----

----- Disse “(...) o Plano de Evacuação, só pode ser feito (...) depois de estarem aprovadas as Medidas de Autoproteção. Eu disse, que havia dentro desta casa, pessoas que podiam fazer essas medidas. Consultem as atas e verifiquem o que os eleitos do PS, disseram a este respeito”. -----

----- No que respeita ao Plano Municipal de Segurança, informou que o mesmo estava praticamente

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

concluído, há cerca de três anos, e que havia uma técnica a exercer funções na câmara municipal de Borba que sabia de tudo o que dizia respeito ao mesmo. -----

----- **O membro Paulo Ferreira** desejou boa noite a todos os presentes e disse "(...), não entendo como é que é inaugurada uma escola, quando não está aprovado (feito), uma Plano de Evacuação". Adiantou, "(...) após tentativas de informação, através do senhor Ribeiro (CODIS), sei que existem atrasos por parte arquiteto responsável pelo plano, e é por esta razão que esta situação está atrasada. Acrescentou "(...), o simulacro só pode ser executado depois do Plano estar aprovado (...)". -----

----- Continuou "(...) em relação ao conselho municipal de segurança tivemos algumas reuniões (...) para o efetuar (...) e quando foi (...) para dar posse, foram duas reuniões nas quais o senhor presidente da assembleia não esteve presente nem se fez representar (...) finalmente tomou-se posse. (...) talvez por essa razão esteja atrasado (...)". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** perguntou ao membro Paulo Ferreira, "(...) as informações que acabou de referir, relativamente ao CODIS, são informações particulares ou são informações oficiais, isto é, se o partido Social Democrata, tem acesso direto ao CODIS, a título oficial ou a título particular".

----- **O membro Paulo Ferreira** respondeu "(...) o senhor Paulo Ferreira em termos individuais de cidadão, o PSD em termos de partido político, como o PS ou o dr. Ângelo de Sá, qualquer um dos quatro tem acesso direto à Autoridade Nacional da Proteção Civil (...)". -----

----- **O membro João Morgado** desejou boa noite a todos os presentes e disse "(...), agradeço ao João Espiguinha, por ter trazido estes pontos, pois preocupo-me muito com as crianças e com os idosos (...)". -----

----- Seguidamente perguntou ao senhor presidente da Câmara "(...) a obra que o senhor João Espiguinha, vem reclamar á câmara, é por direito ser feita pela Câmara ou pelo Agrupamento Escolar, porque uma coisa é a câmara decidir, que quer ajudar, participar, contribuir, e outra coisa é a responsabilidade obrigatória, (...)". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu "(...) o importante é existir bom senso. Existe a descentralização de competências da escola para as câmaras, em que as câmaras recebem uma parte em termos orçamentais, para determinado tipo de obras de manutenção ou de execução. (...). Quando se verifica que existe necessidade de fazer-se uma determinada proteção para os miúdos, numa galeria, que está na escola, nós vamos fazê-la". -----

----- Referiu "(...), houve situações da escola que não foram bem pensadas, quando a requalificação foi feita. A escola foi inaugurada, quando não deveria ter sido. Isso é verdade! Quando entramos havia uma calçada feita, a qual parecia uma "lagoa", quando chovia, (...). Temos de ter coragem de falar com as pessoas que sabem, para resolvemos a situações que estão mal, de uma forma prática e responsável. A perspetiva é fazermos tudo para todos. A luta mesquinha da política (...), não conta para nada". -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

----- O membro **João Pedro** desejou boa noite a todos os presentes, e perguntou ao senhor presidente da câmara "...), quando é que a obra vai acontecer, se está dependente de alguma questão financeira, ou se está dependente de algum problema, conforme o plano de evacuação. Queria uma resposta mais concreta (...) era essa a questão". -----

----- O **presidente da Câmara Municipal** disse "...), a obra que a escola quer fazer, é uma obra barata, que irá atenuar muitos problemas em caso de chuva". Referiu que não existem espaços grandes para os miúdos, na escola. "... o único espaço grande que existe na escola é o bar, refeitório (...) e as galerias que precisam de ser protegidas". -----

----- Adiantou "...), o valor aproximado desta obra é de doze mil euros (12.000,00€), que será pago com o valor que a câmara recebe da DGEST (...). -----

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente

----- O membro **Célia Alpalhão (2ª Secretária)** desejou boa noite a todos os presentes, e relativamente ao expediente entrado, informou ter sido recebida a seguinte documentação: -----

- **E-mail,s do Grupo Parlamentar do CDS-PP, do Grupo Parlamentar Os Verdes e do Gabinete do Presidente da Assembleia da República** – Acusarem a receção da Moção " A Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva, e de Qualidade é um Direito de todos os cidadãos e uma Obrigação do Estado Português", entregue pelos eleitos da CDU na Sessão da A.M. de vinte e seis de junho de dois mil e dezasseis. -----

- **Ofícios da Câmara Municipal de Borba** - resposta aos ofícios da Assembleia Municipal do pedido da seguinte documentação. -----

- Listagem das deslocações dos autocarros e carrinhas do município, efetuadas durante o fim-de-semana. -----
- Cópia dos Protocolos de descentralização com as Juntas de Freguesia para o ano de 2016. -----
- Cópia do ajuste direto relativo à iluminação de Natal no concelho. -----
- Cópia do documento de parceria existente entre a Santa Casa da Misericórdia de Borba e projetos de Borba relativos ao PARU - Plano Áreas de Reabilitação Urbana, conforme foi referido pelo Sr. Presidente na Assembleia Municipal de 12 de fevereiro de 2016. -----
- O Plano de Pormenor de Santiago Rio de Moinhos em suporte digital. -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

- Cópia da guia de receita de publicidade dos cartazes afixados relativos ao espetáculo tauromático da Rádio Campanário. -----
 - Cópia dos ajustes diretos relativos à requisição de serviços a todas as empresas de trabalho temporário no ano de 2015. -----
 - Cópia do Ajuste direto da intervenção efetuada no parque Infantil de Santiago Rio de Moinhos. -----
 - Informação sobre a titularidade do Parque Infantil. -----
- **E-mail da Associação Nacional dos Municípios** - Convite para "Seminário Portugal 2020 os Fundos Comunitários e as Autarquias Locais". -----
- **E-mail da Associação de Estudo de Direito Regional e Local** – inquérito – seminário 40 anos do Poder Local. -----
- **Carta do Arquiteto José Alves de Amorim**– sobre uma exposição que fez à câmara de Borba, relativamente à Alteração ao Plano de Pormenor da UOPG0 da cidade de Borba. -----
- **E-mail da APAVEB de Borba** - dar conhecimento de propostas que devem ser analisadas e discutidas em Conselho Municipal de Segurança, no que respeita há segurança dos alunos do agrupamento de escolas de Borba. -----

----- **Relativamente ao Expediente Expedido** -----

- **Ofícios para os diversos organismos, com Moção, entregue pelos eleitos da CDU na Sessão ordinária da Assembleia Municipal. de 26-06-2016.** -----
- **Ofício ao Partido Socialista (PS)** – envio da documentação recebida da C.M. referida no expediente recebido. -----
- **Ofício Presidente C.M** – pedido de informação sobre os procedimentos adotados pelo órgão executivo, relativamente à Alteração ao Plano de Pormenor da UOPG0 da cidade de Borba. -----

----- Informou, que como usualmente o expediente encontra-se disponível para consulta. -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos, de interesse para a Autarquia

-----O presidente da Assembleia Municipal disse "(...) estabeleci contacto no sentido de trazer aqui uma deputada da nação, a falar sobre Ambiente e Constituição da República. Este ano passam-se os quarenta anos da Constituinte, e eu achei por bem trazer aqui uma pessoa para falar sobre isso. Vou promover uma Assembleia Extraordinária que terá lugar no dia quinze de outubro, pelas dezasseis horas". -----

----- O membro **Ângelo de Sá** relativamente á obra da escola, disse "(...), afinal o senhor presidente da câmara acabou por não responder quem é que ia fazer a obra (...)". Afirmou "(...) existem regras que têm de ser cumpridas. Aconselho que o senhor presidente, reúna com os responsáveis da Câmara, e com alguns responsáveis da Direção Regional, e que verifiquem todo o acompanhamento que foi feito na Requalificação da Escola, (...)". A câmara de Borba foi dona de obra por descentralização, porque se não houvesse descentralização a obra não estava feita (...)". -----

----- De seguida apresentou e leu uma Moção, que se transcreve e arquiva em pasta anexa como (documento nº3). -----

- Moção

- O CEVALOR - Centro Tecnológico para Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais em funcionamento desde de 1992 passa neste momento tempos difíceis correndo o lamentável risco de encerrar as suas portas. Este encerramento é mau, não só pelos vinte e dois postos de trabalho que se perdem, mas também porque se trata do Centro Tecnológico de extrema importância para as rochas ornamentais e industriais do país. -----

- No que se refere a recursos humanos, e pelo que corre na região, existem apenas ao serviço quatro pessoas, sendo que os restantes se encontram suspensos e/ou licenças sem vencimento o que leva a dificuldades de capacidade de resposta das seguintes áreas funcionais: -----

- Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho criando dificuldades às empresas onde presta serviços; --- Formação Profissional – corre o risco de perder certificação como entidade formadora; -----

- Laboratório do CEVALOR (ensaios físico mecânicos e de acústica) devidamente certificado e acreditado e com muito trabalho, corre o risco de encerrar. Refira-se que este laboratório é muito importante em Portugal (onde só existem dois) e com elevada reputação europeia; -----

- Serviços Técnicos de apoio às empresas de extração e transformação de rochas ornamentais e industriais deixarão de funcionar e as empresas serão penalizadas não só porque existe um relacionamento de muitos anos de trabalho (técnicos experientes), mas também porque obrigará a empresa a recorrer a consultoras que certamente praticam preços mais elevados pelos serviços prestados, além da falta de experiência e conhecimento técnico indispensável

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

para execução de trabalho de excelência; -----

- Encerramento da “Nave Escola” equipada com tecnologia de ponta que deixará de prestar serviços às empresas do setor de menor dimensão, atividade de inovação/investigação e atividade de demonstração disponível para as empresas de rochas ornamentais do país; -----

- Encerramento de cinco ateliers que permitam a escultores e artesãos nacionais e estrangeiros desenvolverem temporariamente as suas atividades e darem importante contributo para a promoção das rochas ornamentais. Lembramos que foram feitos vários simpósios com mostra de trabalho ao vivo entre uma associação do concelho e o centro tecnológico, dos quais resultaram esculturas que se encontram espalhadas pelos vários cantos do mundo, incluindo exposições internacionais; -----

- Encerramento de salas e salões onde se realizaram já congressos e importantes reuniões sobre o setor em colaboração com empresas escolas profissionais e universidades; -----

- Este Centro Tecnológico alberga ainda a Associação Cluster Valor Pedra e a Ester – Escola Tecnológica das Pedras Naturais, que certamente desaparecem ou terão de encontrar outras instalações; -----

----- Os eleitos do PS consideram que é inadmissível que se chegue a esta situação sem que nenhum organismo público tenha manifestado nenhuma preocupação, e exigem que num curto espaço de tempo os órgãos políticos locais, regionais e nacionais tomem medidas no sentido de recuperar este organismo. -----

----- Os eleitos do PS exigem que os empresários e organizações privadas do setor das rochas ornamentais e industriais do país, tomem medidas no sentido de centrar esforços para que seja possível recuperar este Centro Tecnológico. -----

----- Estamos conscientes de que, com interesse e boa vontade de todos, se encontrará solução para reativar este organismo e coloca-lo ao serviço das empresas do setor das rochas ornamentais e industriais. -----

- Esta Moção deve ser enviada para : -----

- Primeiro Ministro -----

- Ministro do Ambiente -----

- Ministro da Economia -----

- Presidente da Assimagra – Associação Portuguesa dos Industriais de Mármore e Granitos e Ramos a Afins -----

- Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo -----

- Presidente do Município de Alandroal -----

- Presidente do Município de Vila Viçosa -----

- Presidente do Município de Estremoz -----

- Grupos Parlamentares -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

- Representante do Partido PAN – Pessoas – Animais – Natureza -----

- Órgãos de Comunicação Social -----

- Os eleitos do Partido Socialista -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** realçou que o problema do CEVALOR- Centro Tecnológico, não é um problema de agora. Disse “(...)”, não façam aproveitamento político disso, uma vez que já sabem disso tudo há muito tempo”. -----

----- O senhor presidente forneceu detalhes de como foi conduzido o processo do CEVALOR, “Em 1990 foi deliberado e feita a cedência dos terrenos para a construção e instalação do centro, ficando o ónus do terreno, bem como as melhorias que tivessem ocorrido, para o município. Em 2013, o CEVALOR teve necessidade de encontrar melhores condições de financiamento, e foi deliberado em câmara, proceder-se à **extinção de ónus de reversão de terreno**. Esta decisão foi aprovada por maioria, com três votos a favor (Senhores: Humberto Ratado, Hugo Mendanha e a senhora Rosa Véstia) e um voto contra do senhor Joaquim Serra, que apresentou declaração de voto, por não concordar com a decisão tomada. Esta decisão não respeitava a decisão tomada, aquando da cedência dos terrenos para a construção do centro, por parte do município e por outro lado, existiam outras formas de resolver a questão do financiamento, que não aquela. Na altura o presidente da câmara não votou, por se considerar impedido, uma vez que fazia parte da Mesa do Conselho Geral do CEVALOR”. -----

----- Referiu que tinha feito uma pesquisa sobre o funcionamento dos outros centros tecnológicos do país, e ficou a saber que todos eles estão a funcionar bem e com uma situação financeira estável. -----

----- Realçou “(...)”, não deve existir aproveitamento político nestas situações, o que deve existir é bom senso para as resolver atempadamente “. Adiantou “(...) a Ester vivia á conta da formação profissional. Esta empresa acabou, porque não há dinheiro para a formação profissional (...)”. Esta empresa fazia parte do CEVALOR. -----

----- Salientou, a importância do laboratório existente no CEVALOR, que é considerado um dos melhores a nível nacional. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse “(...)”, não se pretende fazer aqui, aproveitamento político nenhum. Se o ex-presidente da câmara fez parte do conselho geral, foi por convite, porque sempre se interessou e lutou pela vida daquela casa, muitas vezes contra os empresários (...), isto está escrito em atas das reuniões. Os grandes responsáveis por esta situação, são essencialmente os empresários das Rochas Ornamentais e Industriais de Borba e não só. Estarei sempre disponível para defender Borba e reerguer aquela casa, que tem grandes potencialidades. -----

----- **O membro João Pedro** disse “(...) vamos votar a favor desta moção, pela importância deste centro de investigação e de promoção de um dos pilares da económica, local, (...) é



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

demasiado importante para ficarmos indiferentes a esta questão. Preocupa-nos, a questão do terreno ter sido entregue ao CEVALOR (...), caso este centro seja fechado, o que irá acontecer a este terreno, se existirá a possibilidade do terreno reverter novamente para o município de Borba". -----

-----Informou que a CDU já tinha informado o grupo parlamentar da CDU, relativamente á questão do CEVALOR e da EDC mármore. -----

-----**O membro Luís Baltazar** desejou boa noite a todos os presentes e referiu "(...) quando o senhor presidente na exposição que fez, fala em aproveitamento político por parte do partido socialista, aquilo que o PS, se limitou a fazer foi cumprir o seu dever. (...) Oxalá que todos cumprissem o seu!". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu "(...) ninguém mete em causa isso! As pessoas mais interessadas, são as que estão a gerir o centro tecnológico, mais os trabalhadores". -----

----- Na sua opinião toda esta situação deveria ter sido acautelada. Frisou, novamente o processo de extinção de ónus de reversão de terreno, a forma como foi conduzido, que não foi a mais correta. -----

----- Informou que há um grupo de sócios do CEVALOR, que de acordo com os estatutos, vão pedir uma assembleia extraordinária e naturalmente a câmara estará representada como membro, sócio, em "(...) defesa de um centro tecnológico, que interessa a Borba, região e ao país". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** informou que estava impedido de votar, porque pertencia à assembleia do CEVALOR, e acrescentou "(...), existem situações em que é necessário libertar o ónus para se contrair uma hipoteca, para salvar a casa (...)". -----

----- Salientou, o seu interesse pessoal e do partido socialista em "(...) levantar aquela casa (...)". -----

----- Fez referência à contactos encetados por membros do partido socialista, a membros do governo, de forma a proporcionar a resolução da situação do CEVALOR. -----

----- **O membro João Letras** desejou boa noite a todos os presentes, e informou que o grupo municipal do PSD, também iria votar a favor da moção apresentada pelo partido socialista, por ser consensual para todos os borbenses, a importância do CEVALOR, no desenvolvimento da indústria dos mármore e dos empregos que cria. -----

----- Seguidamente disse "(...) gostaríamos de colocar uma questão aos eleitos do partido socialista (...) e continuou, "(...) se esses encontros (...) tidos ao mais alto nível com membros do governo, têm algum canal (...) direto (...) com informação privilegiada (...)", e "(...) se têm mais alguma informação que nos queira transmitir (...)". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** respondeu "(...) esses contactos, não são privilegiados, são



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

de uma pessoa que é presidente de uma associação, que tem contactados, não é a título particular (...)".

----- **O presidente da Câmara Municipal** referiu os contactados mantidos com os diferentes organismos, para tentar resolver a situação do CEVALOR; Comissão da Coordenação do Alentejo, Ministério da Economia; Ministério da Indústria; Administração do CEVALOR.

----- **O presidente da Assembleia Municipal** informou que a moção apresentada pelos eleitos do Partido Socialista foi subscrita por unanimidade.

----- **O membro Luís Baltazar** apresentou uma tomada de posição, que se anexa em pasta anexa como **documento nº5**, e seguidamente, se transcreve:

- **"Tomada de Posição"**

- Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Borba reforçam a necessidade de construir, o mais breve possível, o novo hospital de Évora,

- Adiado durante quatro anos pelo governo da direita, o Alentejo e os alentejanos merecem agora ver reposto o curso de uma obra fundamental para mitigar os custos da interioridade.

- Um novo hospital permitiria aumentar as valências da rede hospitalar e dessa forma dar uma resposta mais eficiente às necessidades das populações.

- Como tem sido hábito, com o Partido Socialista no governo, o Alentejo avançou sempre. Foi assim com o Alqueva, com os minutos, com o patrocínio e será assim novamente, com a construção do novo hospital de Évora.

- Foi com compromisso eleitoral do Partido Socialista e, como tem sucedido com todos os outros, os eleitos na Assembleia Municipal, não esperam outra coisa a não ser o seu cumprimento.

- Esta Tomada de Posição dever será enviada para :

- Ministério da Saúde;

- Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional;

- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;

Os eleitos do Partido Socialista

----- **O membro João Letras** fez a seguinte declaração que se transcreve.

-Fez ontem precisamente três anos que todos nós fomos eleitos pelos borbenses para um mandato pleno de responsabilidade.

- Acho que estes momentos simbólicos devem servir para refletirmos sobre a nossa conduta e sobre a nossa postura aqui nesta Assembleia.

- Decorridos estes três anos fico com o sentimento de que a maioria do debate político que aqui é exercido se centra exclusivamente em questões pessoais e que em nada contribuem para o esclarecimento e para a resolução dos problemas reais e concretos dos borbenses.

- Pelo contrário, a postura do Grupo Municipal do Partido Social Democrata tem sido sempre

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

no sentido positivo e construtivo, de diálogo com todas as forças políticas aqui representadas e com o sentido da responsabilidade pelo mandato que os borbenses nos atribuíram. -----

- A pesada herança financeira dos mandatos do PS na Câmara Municipal de Borba continua, ainda hoje, a condicionar toda a atividade deste município. Este é um facto inegável e que jamais poderá ser omitido e escondido dos borbenses! -----

- A aplicação de um programa de resgate e de saneamento às contas do município tornou-se inevitável e com consequências pesadas para os bolsos de todos os habitantes deste concelho.

- Por seu turno, a postura dos eleitos do Partido Socialista revela um total desrespeito pelo enorme esforço que todos os borbenses continuam a fazer diariamente, através dos seus impostos e das taxas elevadas que por imposição legal resultaram da sua ruinosa gestão durante doze anos. -----

- A falta de seriedade, a sobrançeria, a hipocrisia e a irresponsabilidade que alguns dos membros do Grupo Municipal do Partido Socialista revelam nas suas intervenções só demonstram a sua fraca cultura democrática e de total desrespeito pela vontade dos borbenses. -----

- Era assim desejável, que no ano que resta deste mandato, que o nível do debate político se elevasse indo ao encontro dos anseios e da esperança que os eleitores nos depositaram. ----

- Por isso Senhor Presidente, peço que contribua também para que assim seja e que não caia nesse engodo que em nada contribui para a boa imagem desta casa. -----

- Contudo, não nos podemos conformar e resignar pela escassez de recursos financeiros que a autarquia tem ao seu dispor. Cabe ao executivo, e à maioria que o suporta, arregaçar as mangas e colocar em prática o seu programa eleitoral. -----

- Após $\frac{3}{4}$ (três quartos) deste mandato decorridos ainda não conseguimos perceber qual o rumo que o MUB pretende para o futuro do nosso concelho, limitando-se a uma mera gestão corrente do município! -----

- O Grupo Municipal do PSD mostra-se extremamente preocupado com esta apatia do executivo, que revela uma enorme falta de visão estratégica sobre os verdadeiros problemas do nosso concelho. -----

- A estagnação em que Borba mergulhou nos últimos dez anos é evidente e exige uma capacidade de liderança efetiva, segura e interventiva que manifestamente não se tem verificado. -----

- A criação de sinergias com os concelhos limítrofes é fundamental, bem como a capacidade de diálogo e de reivindicação junto do Poder Central de forma a atrair investimento externo e no sentido da adoção de políticas de desenvolvimento económico específicas para concelhos como o nosso. -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

- Utilizando uma expressão sua, senhor Presidente da Câmara: "Mais trabalho e menos Conversa"! -----

----- O concelho não pode, nem deve ficar de fora do que é a estratégia de desenvolvimento de uma região como o Alentejo em geral e a zona dos mármore em particular, mesmo que para isso tenha que assumir "sozinho" a iniciativa dessas propostas. -----

----- O Partido Social Democrata de Borba, em linha com o que tem acontecido nos últimos mandatos, de forma responsável e séria não se inibirá de apresentar propostas que do nosso ponto de vista sejam boas para o nosso concelho. -----

----- E é por isso que hoje apresentamos a seguinte moção...-----

----- De seguida, apresentou e leu uma Moção, que se arquiva em pasta anexa, como o **documento nº6** e seguidamente se transcreve: -----

- **"Moção"** -----

- Assistimos no passado mês de agosto, a uma descida do valor das portagens nas autoestradas do interior do país, levada a cabo pela coligação PS/BE/PCP/PEV, que governa atualmente o nosso país. Não podemos deixar de constatar que o nosso concelho passou ao lado de mais esta descriminação positiva para as populações do interior! Não sabemos se por inércia do Executivo Camarário, se por falta de vontade política do Governo para admitir as dificuldades dos concelhos do interior alentejano, onde não existem novos investimentos que permitam não só fixar as populações mais jovens, bem como manter o emprego dos ativos que por cá residem. -----

Está atualmente, em preparação para apresentação na Assembleia da República, um projeto de Lei que visa definir o Estatuto dos Territórios de Baixa Densidade, em que, apresenta como a existência, predominante ou simultânea, as seguintes características: -----

- Baixos níveis de rendimento; -----
- Fraca densidade populacional; -----
- Forte emigração; -----
- Valores acentuados do envelhecimento da população residente; -----
- Níveis baixos de infraestruturas e serviços; -----
- Fraca oferta de emprego público e privado; -----
- Níveis baixos de empreendedorismo e inovação; -----

Pensamos que também a redução das portagens para os residentes, para os que trabalham em empresas do nosso concelho e concelhos limítrofes, poderia constituir um fator importante para a redução de alguns dos aspetos descritos que afetam a nossa região. -----

Pelo exposto, defende a Assembleia Municipal de Borba, que seja proposta ao Governo a redução das portagens na A6. -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

- Borba, 30 de setembro de 2016 -----

- Os eleitos do PSD" -----

----- O presidente da Câmara Municipal referiu que seriam tomadas providências junto do governo para a redução das portagens na A6, há semelhança do procedimento adotado por outros municípios.

----- Informou, existirem pessoas interessadas, na aquisição das instalações do supermercado "Novo Mundo", para a instalação de uma nova superfície comercial, e acrescentou estarem as negociações em decurso. ----- Adiantou "(...), neste momento, quem poderia investir na economia no nosso concelho, seriam os industriais, mas penso que são poucos, os que o querem fazer, mesmo com o Portugal 2020". Salientou "(...) mal da terra em que o maior empregador é a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia". -----

----- O membro **Ângelo de Sá** em relação à intervenção feita pelo membro João Letras, referiu "(...) não entendi a referência feita aos dez anos de estagnação (...), os quais corresponderam ao investimento de cinquenta milhões de euros no concelho". -----

----- O membro **João Pedro** referiu que com apresentação daquela moção "(...) parece que o PSD nunca esteve no governo, e não contribuiu para interioridade (...)". Acrescentou que este governo é um governo PS, com apoio parlamentar BE/PCP/PEV. -----

----- O membro **João Letras** informou que o processo que visa definir o Estatuto dos Territórios de Baixa Densidade, que está a decorrer na Assembleia da República, é um projeto público. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal informou que a moção foi subscrita por maioria (seis abstenções, - duas dos eleitos da CDU, quatro do PS), (doze votos a favor – dez dos eleitos do MUB e dois dos eleitos do PS) e um ausente. -----

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

----- O presidente da Câmara Municipal no que respeita à situação financeira, disse "(...) o limite de endividamento baixou (...). Estamos a conseguir pagar o investimento que o anterior executivo fez, e ao mesmo tempo, a investir no nosso concelho, dentro das possibilidades que temos (...). Neste momento temos uma dívida de sete milhões e setecentos mil euros. Chegámos a estes valores, através de opções tomadas e de legislação a que estamos sujeitos. É uma gestão ao minuto" -----

----- Seguidamente, fez um balanço dos investimentos efetuados: -----

Construção de uma WC na localidade do Barro Branco e outra na localidade de Santiago Rio de Moinhos; aproveitamento de um equipamento existente para a instalação e funcionamento de uma casa mortuária, na localidade de Barro Branco; aquisição de uma viatura nova para o serviço de



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

canalização (oficina móvel). Aquisição de viaturas para o parque de máquinas, embora não sejam novas, melhoraram o funcionamento do município". -----

----- Frisou "(...) a situação da Câmara é difícil, mas vamos tendo margem de manobra, e essa margem é feita com uma gestão criteriosa e de opções (...). O importante é que conseguimos baixar a dívida de doze milhões de euros para sete milhões e meio, em três anos". -----

----- No que respeita às atividades da câmara disse que todas as atividades desenvolvidas referentes aos seus pelouros estavam espelhadas nos documentos entregues a todos os membros, no entanto encontrava-se disponível para algum esclarecimento, que entendessem ser necessário. -----

----- O membro Joaquim Trincadeiras desejou boa noite a todos os presentes e leu o documento que seguidamente se transcreve. -----

-“Fica-se enojado em Estremoz ou Borba com o desalinho, o lixo e a sujidade das ruas, ser cidade não traz mais qualidade de vida.” -----

Manuel Condenado, Presidente da CM Vila Viçosa à Rádio Campanário em 15 de Junho de 2009 -----

----- “Senhor Presidente fui obrigado a recuperar uma afirmação de um seu colega, autarca da Zona dos Mármores proferida há sete anos, para mostrar o sentimento que invade atualmente, estou em crer, a maioria dos borbenses e aqueles que nos visitam. Acredito que, a sujidade e o abandono das ruas da cidade, nomeadamente nos últimos meses – meses de verão, podem provocar este estado de repulsa nas pessoas. -----

----- Recuando a dois mil e nove. Na altura vivia-se a ressaca da elevação de Borba à categoria de Cidade e, por este motivo, compreendia-se o desabafo deste autarca vizinho que, apesar de injusto, era fruto da situação que se vivia. -----

----- Porém, para minha tristeza, passados sete anos o desabafo deste autarca até que começa a fazer sentido. -----

----- Enumerando: -----

- há ervas por todo o lado, com os espaços públicos a roçarem o abandono, originando que estes sejam abusivamente utilizados por alguns munícipes, para levarem o seu cãozinho a fazer as necessidades; -

- não poucas vezes, há lixo amontoado e espalhado pelas principais artérias, nomeadamente aqui na sede de concelho; -----

- os espaços circundantes aos *Moloks*, às Ilhas Ecológicas, aos Oleões, aos Vidrões, são um foco de sujidade, de maus cheiros, de... abandono! Estes espaços necessitam de um acompanhamento mais regular, inclusive, recorrendo à lavagem e desinfecção frequente dos mesmos; -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

- por vezes, andar a pé pelas principais artérias da cidade, equivale a uma prova de perícia, para evitar pisar os dejetos deixados por cães, e até por cavalos, que se "passeiam" e evacuam livremente sem que os seus donos sejam chamados à atenção. -----

- Recordo, como exemplo, que há dois anos a Junta de Freguesia de S. Bartolomeu colocou um dispensador de sacos e contentor para depósito de dejetos de animais no espaço verde junto à Capela do Sr. Jesus dos Aflitos. O dispensador continua lá, mas os sacos... procurei, procurei, mas não os encontrei! -----

----- Senhor Presidente, não pretendemos apenas uma freguesia mais limpa, pretendemos sim um Concelho LIMPO, e agradável para todos e, a falta de pessoal não pode servir de desculpa. -----

----- É urgente intensificar uma campanha de sensibilização, quer junto da comunidade escolar, quer junto dos munícipes num possível porta-a-porta com a distribuição de panfletos explicativos de como funcionam e devem ser utilizados todos os equipamentos que, felizmente, temos ao nosso dispor. -----

----- Entretanto, o serviço de varredura mecânica, a recolha de lixo, a limpeza dos espaços públicos tem que ser objeto de uma atenção redobrada porque, como se diz na gastronomia, "os olhos também comem" e se não mostramos um concelho limpo, apetecível, nem os que cá continuam aqui querem ficar. -----

----- Defendo que todos juntos, Borba conseguirá fazer bem e melhor! -----

----- O membro Joaquim Trincinhas -----

----- O presidente da Câmara Municipal disse estarem as situações enunciadas, relacionadas com o bom senso e com o civismo das pessoas, na forma como se comportam em determinadas situações. -----

----- Adiantou ter tido a autarquia escassez de recursos humanos, principalmente no período de férias, o que contribuiu, segundo disse, para as dificuldades sentidas em termos de limpeza das ruas. -----

----- Continuou dizendo que a nível da vegetação, este ano também foi complicado por causa do tempo atmosférico, do largo período das chuvas e sol, propício ao crescimento das ervas, as quais tiveram de ser cortadas quatro vezes. -----

----- Relativamente aos contentores do lixo, sublinhou o facto de terem sido os mesmos desinfetados três vezes este ano, e que as pessoas não têm cuidado, ao colocar o lixo nos mesmos. -----

----- No que concerne aos Oleões, disse, as pessoas colocam os óleos diretamente nos oleões, sem os colocarem nas devidas vasilhas e posteriormente as depositarem nos oleões. -----

----- Terminou a sua intervenção dizendo "(...) Borba cada vez mais limpa". -----

----- O membro João Morgado disse congratular-se com a diminuição da dívida, mas sentir preocupação com o montante que os munícipes continuam a pagar em termos de IMI, e para justificar a sua afirmação efetuou o seguinte paralelismo, no ano dois mil e treze entraram nos cofres da câmara cerca de duzentos mil euros em receitas de IMI, e presentemente entram nos mesmos cofres cerca de oitocentos mil euros. Sublinhou "(...) com esta margem de receita, também se torna mais fácil pagar a



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

dívida". -----

----- Alertou o senhor presidente para o facto de não se poderem esquecer as populações, pois são elas que pagam os impostos. Seguidamente, dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara perguntou "(...) a taxa de imposto do IMI, este ano fica nos 4,5% (...) ou tenciona diminui-la (...)". -----

----- **O membro Sérgio Gazimba** desejou boa noite a todos os presentes e referiu, "(...) no que respeita à dívida, aquando da aprovação do PAEL, tinha ficado muito claro, o que vinha por aí, e nos próximos anos a situação vai continuar muito parecida ou igual". -----

----- No seguimento, referiu que na sua opinião, uma vez que o pagamento da dívida do PAEL corre a um bom ritmo, com a finalidade de atenuar as taxas máximas aplicadas no nosso município já se deveria ter feito uma tentativa de renegociação da mesma. -----

----- Questionou o senhor presidente da Câmara sobre "(...) se o executivo já alguma vez tentou efetuar uma renegociação da dívida, não para gastar esse dinheiro em investimento, mas sim para atenuar os impostos, onde a Câmara ainda pode intervir, relativamente ao PAEL". -----

----- Realçou o respeito que sempre existiu na Assembleia Municipal de Borba, entre os que por ali têm passado, independentemente das divergências políticas e dos interesses pessoais de cada um. -----

----- Dirigindo-se ao presidente da Câmara disse "(...) senhor presidente, vou-lhe dar uma dica, existe um movimento associativo muito rico em Borba, que deve ser preservado e não afastado, tem de existir união para que as coisas corram bem, (...) se todos se juntarem decerto que a festa será boa". -----

----- Acrescentou, que nunca tinha entendido, como é que as festas realizadas nas freguesias tinham sempre muita gente e quando se realizam as festas na sede do concelho (Borba), a aderência das pessoas das freguesias é quase nula. -----

----- Terminou a sua intervenção deixando a seguinte questão para reflexão "(...), as festas fazem-se para todo o povo participar, agora temos é de perceber porque é que a aderência das pessoas nem sempre é a mesma (...)". -----

----- **O membro Paulo Ferreira** relativamente ao lixo, frisou "(...) nunca vi Borba tão suja quanto agora (...)". -----

----- Seguidamente, com o intuito de alertar para o facto de sempre terem existido situações similares à que estava em discussão, fez referência a fotografias tiradas a lixeiras existentes no concelho, em dois períodos distintos, uma tirada recentemente na zona industrial da Cruz de Cristo, e outra tirada no ano dois mil e dez na Zona Industrial, altura em que o membro Ângelo Sá era presidente da Câmara, e em que ao ser interpelado numa Assembleia Municipal dessa data, ano dois mil e dez, sobre a fotografia da referida lixeira terá respondido, segundo disse o membro Paulo Ferreira, "(...) efetivamente, irão ser tomadas medidas para que situações dessas não se voltem a repetir (...)". -----

----- **O membro Paulo Aires** desejou boa noite a todos os presentes e informou o membro Joaquim Trincheiras, que tinha sido instalado um depósito com sacos de plástico para os dejetos dos canídeos, no largo das Servas e no Jardim situado no Largo dos Combatentes da Grande Guerra, e realçou, que a não existência de sacos nos respetivos depósitos, tem a ver com o civismo das pessoas, porque "(...)



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

os sacos são colocados de manhã e á hora do almoço, já não existe lá nenhum". -----

----- Salientou que a Junta de Freguesia de São Bartolomeu, tem unido esforços na questão da limpeza, e explicou estarem a ser efetuadas campanhas de sensibilização para esta situação, uma das quais em parceria com o Agrupamento de escolas, através de placas pintadas pelos alunos, que posteriormente são colocadas nos moloks, com o intuito de sensibilizar os adultos, para esta questão tão importante para o bem estar das populações, limpeza do meio ambiente, da cidade. -----

----- No seguimento, disse ter ido um grupo de cerca de vinte alunos, fazer uma visita à GESAMB, e que dessa visita trouxeram ecopontos para ajudar a sensibilizar, os adultos na seleção do lixo. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** relativamente à questão da aderência das pessoas aos eventos que se fazem, disse existirem fatores que influenciam essas situações "(...), capacidade e empenho de quem organiza, e capacidade de participação cívica de quem o faz". -----

----- Sublinhou o apoio dado pela a Câmara tanto a nível pecuniário, como material, a todas as associações, quando estas organizam eventos. -----

----- Reforçou, a ideia de que este executivo, tudo tem feito para melhorar as condições de vida do concelho, enumerando algumas das reuniões tidas com a tutela, por causa do pagamento do PAEL e do Plano de Ajustamento financeiro. -----

----- Continuou, foram tomadas certo tipo de opções, no entanto, nas decisões adotadas nunca foi esquecido o bem do concelho de Borba. -----

----- **O membro Sérgio Gazimba** relativamente à dívida, afirmou já ter percebido, qual era a estratégia do MUB, e disse "(...) ser bom pagador até ao fim, mesmo que a população tenha de pagar os impostos no valor máximo até ao fim (...)". -----

----- No que respeita ao Associativismo dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara disse "(...) queria deixar-lhe uma noção,(...) sendo o MUB, um movimento independente (...), a visão que eu tenho do poder local, poder associativo, é o poder da cooperação, não é o da mendicidade. Quem mata muitas vezes o Associativismo é o poder local, derivado á mendicidade que fazem com as associações. As associações na maior parte das vezes não querem o dinheiro, querem o apoio do autocarro, carrinha, da licença, não querem que dificultem, querem que ajudem (...). Neste momento, não sei se é esta a política que está a ser seguida pelo executivo camarário. A cooperação entre o movimento civil, que é o associativismo e o poder local em momentos difíceis como os que estamos a atravessar, é vital, para ultrapassar problemas sociais que temos (...)". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu ao membro Sérgio Gazimba, "(...) o município de Borba assumiu uma responsabilidade, e este executivo vai cumpri-la, diminuindo o endividamento municipal. Acrescentou "(...) quem paga a crise, é sempre quem trabalha, são sempre os mais pobres, quem trabalha de uma forma dependente para os outros. (...) Sem produção não há riqueza, não havendo riqueza, não há distribuição de riqueza! (...)". -----

----- No que respeita ao Associativismo, esclareceu que a Câmara sempre tem apoiado as



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

associações em todos os sentidos, e não só monetariamente. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** relativamente à questão da lixeira a céu aberto, disse “(...)”, antigamente o que existia lá, era a descarga de material que resultava do despejo dos resíduos da varredora mecânica, que á posterior eram transportados para outro local. (...) O que não tinha nada a ver com o que lá existe (...) neste momento. (...) Hoje existem nesse local resíduos de obras, e resíduos resultantes de despejos de casas, há de tudo (...)” -----

----- Relativamente às explicações técnicas sobre a situação financeira, disse que as mesmas teriam de ficar para uma próxima Assembleia, por não se encontrar presente nenhum técnico da Câmara Municipal de Borba devidamente credenciado para prestar os devidos esclarecimentos. -----

----- No que concerne ao relatório das atividades do Município, disse que o executivo deveria prestar especial atenção ao estado em que estão as estradas do concelho, e para a forma como foi feita a ceifa mecânica. Acrescentou “(...) é de toda a conveniência que as bermas sejam limpas de facto, porque vem aí o Inverno (...)”. Afirmou “(...) não basta ceifar, as bermas têm de ser limpas, senão não resulta nada”. -----

----- **O membro Paulo Ferreira** respondeu ao membro Ângelo de Sá, “(...)”, não era só o lixo da varredora que era lá despejado, existem fotografias tiradas na altura, com retroescavadoras da Câmara a despejar outro tipo de lixo”. -----

----- Seguidamente, reiterou o facto de nunca ter visto Borba tão suja quanto agora. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** chamando a atenção para o decréscimo do número de funcionários a prestar serviço no município de Borba, entre o ano de dois mil e doze e o ano de dois mil e dezasseis, tanto do quadro, como nos contratos a termo, POC's, e contratos de inserção, enunciou o número de funcionários ao serviço na autarquia. -----

----- No seguimento, disse que apesar da progressiva diminuição do número de funcionários ao serviço, não poder servir de desculpa para as situações enunciadas, tinha contribuído muito para dificultar a ação no campo da limpeza. -----

----- **O vereador Joaquim Espanhol** desejou boa noite a todos os presentes e referiu não se rever em toda a sujidade, existente no concelho, ali mencionada, pelos senhores membros. -----

----- Dirigindo-se ao membro Ângelo Sá disse não terem sido pagos os quilómetros que não estavam devidamente ceifados. -----

Em relação à limpeza das bermas disse “(...) já foi iniciada, e agora com a ajuda da chuva que caiu, conseguimos limpar num dia o que demorava quatro ou cinco dias”. -----

----- Acrescentou, a nova varredora consegue limpar as calçadas com a ajuda de um soprador sem as danificar, visto que tem umas escovas próprias para esse tipo de pavimento, e o seu peso é o adequado para esse tipo de serviço. -----

----- Realçou, este equipamento serviu para colmatar a falta de funcionários neste serviço. -----

Relativamente à lixeira a céu aberto, disse já ter sido pedido o preço de dois contentores de dez metros



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

cúbicos, cada, para serem instalados no local da lixeira, destinados ao despejo dos resíduos da varredora. -----

----- O membro **Ângelo de Sá** respondeu ao senhor vereador Joaquim Espanhol, "(...) a questão não é se os quilómetros foram ou não pagos, é o mau aspeto que dá (...), não está bem feito". -----

----- Relativamente às empresas de trabalho temporário, realçou "(...) as empresas de trabalho temporário não servem para recrutar mão-de-obra barata. Quando houver necessidade de se fazer limpezas, que se recrutem empresas da especialidade". -----

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da Ata nº4 da Sessão Ordinária de 24 de junho de 2016.

----- O presidente da Assembleia Municipal informou que este ponto da ordem de trabalhos, transita para uma próxima assembleia, em virtude de terem surgido algumas dúvidas, por parte de membros desta assembleia, no que concerne à transcrição da ata. -----

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo de Borba.

----- O presidente da Câmara Municipal informou que aquele projeto de regulamento já tinha ido a discussão pública e agora estava ali para a aprovação da Assembleia Municipal. Este regulamento tem como finalidade, a participação das pessoas no orçamento do município. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal não havendo mais inscrições para intervenção, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Proposta de alteração ao Plano de Pormenor da UOPG-0- Conclusão do período de discussão pública.

----- O presidente da Câmara Municipal informou que a alteração do Plano de Pormenor da UOPG-0 se devia à necessidade de proceder ao alargamento de um equipamento – Lar Humberto Silveira Fernandes, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Borba. -----

----- No seguimento, disse que em sete de julho de dois mil e quinze, os serviços técnicos da Câmara, informaram o gabinete do Arquiteto Amorim, da proposta de alteração do Plano, afim deste se pronunciar. -----

----- Referiu ter a proposta de abertura do período de discussão pública do Plano de Pormenor da UOPG-0, sido aprovada em reunião de Câmara de vinte e cinco de maio de dois mil e dezasseis. -----

----- Acrescentou o período de discussão pública decorreu de dezasseis de junho e treze de julho de dois mil e dezasseis. Afirmou neste período **"(...) não foram recebidas neste Município reclamações, observações ou sugestões no âmbito do referido período de discussão pública (...)".** -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

----- Continuou, concluída a proposta de alteração do Plano e acompanhada pelos pareceres favoráveis das entidades presentes na conferência procedimental, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, ANPC- Comando Distrital de Operações de Socorro de Évora, EDP - Direção de Rede e Clientes Sul e ISS - Centro Distrital de Évora, a proposta foi aprovada em reunião de Câmara de vinte de julho de dois mil e dezasseis e posteriormente enviada à Assembleia Municipal para aprovação. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** fez uma breve reflexão sobre o ponto em discussão. -----

-"(...), em vinte e sete de dezembro de dois mil e catorze, referi o seguinte em ata "este plano tem um autor, seja que alteração houver, o autor tem que estar de acordo"; "perguntou se o autor do projeto tinha sido consultado e se existe algum documento escrito que diga que concorda com o que está ali."; resposta do senhor presidente da Câmara "isto é uma correção, não é uma alteração. Segundo informação recebida da técnica Ana Malta, responsável sobre esta matéria, foi tudo falado com as pessoas responsáveis. Quanto ao documento escrito disse que se ia informar se existe ou não (...) algum documento escrito do autor do projeto!". Acrescentei "se foi feita consulta os eleitos do PS, querem saber quando foi feita a consulta". Sublinhou "(...), passado dois anos nada foi enviado aos eleitos do PS". -----

----- Continuou "(...) o que está aqui em causa é um primeiro andar num lar; um alargamento da Oficina do Idoso que está na área de proteção do Paço; um alargamento de uma creche, uma serie de alterações nos arruamentos, com tudo isto só vos quero alertar (...), eu tomo a minha posição pessoal, sobre os assuntos, que sei do que estou a falar. O que está aqui em causa são assuntos muito delicados, ponderem e vejam bem o que pretendem fazer. (...) A segurança está aqui posta em causa. Pelo que percebi, existem edifícios que ficam a cinco metros um do outro, em caso de incêndio não sei como se resolverá a situação". -----

----- Realçou "(...) que fique bem claro, que não sou contra o desenvolvimento social da área, só pretendo que esse desenvolvimento seja feito dentro da legalidade. (...) Eu não tenho nada contra este organismo, Santa Casa da Misericórdia de Borba, mas não entendo o que se passou em termos sociais no concelho Borba entre dois mil e treze e dois mil e dezasseis, para que haja necessidade desta alteração ao Plano Pormenor". -----

----- Acrescentou "(...) eu pessoalmente votarei contra isto que aqui está, e apresentarei uma declaração de voto, que será enviada para os órgãos competentes". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** esclareceu "(...) no dia sete de julho de dois mil e quinze, os serviços técnicos da Câmara contactaram o gabinete do senhor arquiteto Amorim, para se pronunciarem, no prazo de trinta dias da alteração que a Câmara, por solicitação da Santa Casa da Misericórdia de Borba pediu. A Câmara não obteve resposta a este ofício. No dia vinte e dois de abril de dois mil e dezasseis a Comissão de Coordenação do Alentejo pronuncia-se com um parecer favorável, sem nenhum tipo de reservas ou condicionantes, depois de contactada a Associação de



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

Proteção Civil, a EDP e a Segurança Social. A Câmara recebeu uma carta no dia vinte e dois de setembro de dois mil e dezasseis do senhor arquiteto Amorim, na qual solicitou à Câmara Municipal de Borba, informação sobre *"Quais os procedimentos que foram adotados no sentido de proteger os direitos de propriedade de qualidade específica relativos à autoria qualificada do projeto dos edifícios existentes na área da categoria espacial em causa na alteração ao Plano de Pormenor, e cuja natureza a mesma alteração subverte"*. Essa carta foi encaminhada para os respetivos serviços, para procederem à resposta da mesma. De salientar que o presidente da Assembleia Municipal e toda a vereação rececionaram uma cópia da carta enviada à Câmara Municipal pelo senhor arquiteto Amorim".

----- **O membro Ângelo de Sá** perguntou "(...) senhor presidente tem algum documento técnico da Câmara de Borba, do impacto, desse aumento de construção nas infraestruturas do concelho de Borba?". Afirmou, que iria votar contra e apresentar declaração de voto. -----

----- Realçou "(...) que fique claro que eu não sou contra o desenvolvimento do projeto, eu acho que a instituição, se quer crescer, e acho muito bem que o faça, cresça fora do sítio (...)". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** referiu novamente todos os procedimentos adotados e já anteriormente referidos, relativamente à alteração do Plano de Pormenor UOPG-0. Disse "(...) o que está aqui em causa, são os apoios do Portugal 2020, cujos avisos podem sair a qualquer momento, segundo informação recebida". -----

Esclareceu "(...) a discussão deste ponto está baseada em documentos técnicos, pareceres técnicos, é uma decisão tomada sem medos, existem sim, esclarecimentos, poderá haver responsabilizações ou não (...). Quem quiser votar contra, toma essa posição, quem quiser votar a favor, toma essa decisão (...), estamos aqui a discutir um assunto em concreto". -----

----- Continuou "(...), na minha opinião, se não houver uso de construção, deverá existir uma lei geral, que será o PDM a definir os indices de construção. Entendo que deverão existir registos corretos da forma como poderemos crescer ou não, e entendo que não poderá haver estrangulamentos (...)". Seguidamente explicou que ninguém tem de ficar "refém" aos autores dos projetos, por causa dos direitos de autor. Deve-se por uma questão de ética e de respeito, informar o autor do projeto, da pretensão requerida, mas nunca ficar "refém" da sua decisão. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** acrescentou "(...) a Comissão de Coordenação ou outro organismo (...), dão a resposta em função da pergunta que é feita, e há muita maneira de fazer perguntas (...)". -

----- No que respeita ao apoio dos fundos comunitários Portugal 2020, esclareceu "a Segurança Social, não fez mapeamento, nem priorização das obras que devem ser aprovadas, o que não permite, que as IPSS façam as suas candidaturas, e que a Comissão da Coordenação Regional tenha taxas de execução no Alentejo 2020". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** referiu "(...) o que eu disse, foi que com esta alteração ao Plano Pormenor da UOPG-0 a entidade requerente poderá concorrer aos fundos comunitários. Não tenho nada a ver com os mapeamentos". Referiu novamente, a forma como todo o processo tem sido



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

conduzido e ao mesmo tempo disse "(...), faz-me confusão como é que o senhor arquiteto Amorim não responde a uma carta enviada em julho de dois mil e quinze e agora, em vinte e dois de setembro de dois mil e dezasseis, apresenta uma carta a fazer uma exposição sobre o documento em discussão".

----- O membro **Ângelo de Sá** "(...) só lembrar que desde dois mil e catorze que aguardo documentos da Câmara para os eleitos do PS". -----

----- O **presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições para intervenção, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com treze votos a favor (nove votos dos eleitos do MUB, dois votos dos eleitos da CDU e dois votos do PSD), cinco abstenções (quatro dos eleitos do PS e uma do eleito do MUB) e um voto contra (eleito do PS)**. -----

----- Foram apresentadas três declarações de voto. Uma pelo eleito do MUB, que se arquiva em pasta anexa, como **documento nº 7** e seguidamente se transcreve: -----

----- Declaração de voto -----

----- Por não me considerar devidamente elucidada sobre o projeto "Plano de Pormenor da UOPG-0", o meu sentido de voto é a abstenção. -----

- Borba, 30 de setembro 2016 -----

- O membro do MUB". -----

----- Declaração de voto entregue pelos eleitos do PSD, que seguidamente se transcreve e anexa em pasta anexa como **documento nº8**. -----

----- "Declaração de voto -----

----- Proposta de Alteração ao Plano de Pormenor da "UOPG0". -----

Sendo uma matéria de elevada complexidade técnica, a nossa decisão acerca da votação deste ponto teve em atenção o seguinte: -----

- As entidades oficiais que foram chamadas a pronunciar-se sobre esta proposta de alteração emitiram todas pareceres favoráveis, o que leva a concluir que não encontraram nenhuma questão que pudesse por em causa esta alteração; -----

Enquanto decorreu o período de consulta pública nenhuma pessoa ou entidade propôs qualquer alteração ao documento. -----

Assim, sendo, entendemos votar favoravelmente esta proposta com base nos pontos apresentados. --

- Borba, 30 de setembro de 2016 -----

- Os eleitos do Partido Social Democrata". -----

----- Declaração de voto entregue pelo eleito do Partido Socialista, que seguidamente se transcreve e arquiva em pasta anexa como o **documento nº9**. -----

- "Declaração de Voto -----

O Plano de Pormenor da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão do Plano de Pormenor (UOPG 0) foi publicado através do aviso nº 9036/2013 na II Série do DR nº 134 de quinze de julho de dois mil e treze e constitui um instrumento de gestão territorial da principal área de expansão da cidade. Na



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

reunião ordinária de Câmara de dez de dezembro de dois mil e catorze este plano sofre a primeira alteração a pedido da Santa Casa da Misericórdia de Borba. Em nossa opinião uma alteração, seja de que natureza for, terá que ser tomada numa reunião ordinária de Câmara Publica, o que não foi o caso, constituindo assim uma ilegalidade. -----

----- A Câmara não considerou alteração, mas sim correção pelo que apenas informou a Assembleia Municipal, o que se verificou no dia vinte e sete de dezembro. -----

----- Da ata da Assembleia Municipal realizada em vinte e sete de dezembro de dois mil e catorze, respigamos o seguinte: -----

----- **O deputado Ângelo de Sá disse** (...) este plano tem um autor, seja que alteração houver, o autor tem de estar de acordo". Perguntou se o autor do projeto tinha sido consultado e se existe algum documento escrito, que diga que concorda com o que está ali. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal disse** "isto é uma correção, não é uma alteração (...), segundo informação recebida da Técnica Ana Malta (responsável sobre esta matéria), foi tudo falado com as pessoas responsáveis". Quanto ao documento escrito, disse que se ia informar se existe ou não, algum documento escrito sobre a informação do autor do projeto. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá disse** "(...) se foi feita consulta, os eleitos do PS querem saber quando foi a consulta." -----

----- Passados quase dois anos nada foi enviado aos eleitos do PS na Assembleia Municipal. Tal atitude leva-nos a concluir que não houve qualquer consulta ao autor do PP UOPG 0 e que o Senhor Presidente da Câmara mentiu, quando afirmou que o assunto estava "todo falado". -----

----- É de referir que, pela informação técnica presente a alteração era apenas, de acordo com a proposta feita "correção material". -----

----- Uma análise mais detalhada da alteração, pode-se concluir que não é erro material. A parcela nº 4 do plano - destinada a equipamento multiusos que apresentava um limite para implantação do edifício com área inferior à área máxima de implantação, resultou da opção do proprietário do terreno (Santa Casa da Misericórdia de Borba) que foi satisfeita pelo autor do plano. O que existiu foi uma Alteração do Plano de não correção material. É de referir que ao autor do Plano de pormenor não foi feita qualquer consulta pelo que o mesmo não se podia pronunciar, além de que, qualquer alteração tem implicações no sistema de perequação global do Plano de Pormenor. -----

----- Agora, passados dois anos estamos perante uma segunda ALTERAÇÃO DO PPUOPG 0 que tem implicações grandes, graves e profundas numa parcela propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Borba e novamente a pedido desta, abrindo caminho para que qualquer proprietário ou promotor em futuro loteamento a realizar terá que ter tratamento igual e de acordo com os seus interesses. Esta alteração proposta, não só não foi acautelada junto do autor do Plano de Pormenor, como tem implicações gravíssimas no mesmo. -----

- Além disto, arrasta-se há alguns anos o projeto de urbanização que nunca (desde 25 de Abril de 1974



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

pelo menos) houve projeto de urbanização relativamente às obras de urbanização da Quinta da Prata.

- O último executivo do PS procurou resolver definitivamente o assunto e o processo estava quase concluído em dois mil e treze (Processo 02/10). A não conclusão ficou a dever-se à falta de elementos por parte da Santa Casa da Misericórdia, situação que em dois mil e quinze não tinha sido resolvida e que não temos conhecimento que o mesmo esteja concluído. Não estando, consideramos que tal facto só pode resultar de desinteresse da Câmara em resolver o assunto. No entanto a Câmara Municipal de Borba permitiu a conclusão de mais uma obra (Pavilhão Multifunções) sem que o processo de obras de urbanização global estivesse concluído, situação que consideramos muito grave. -----

- **Em sete de julho de dois mil e quinze O Município de Borba envia o ofício 1169 (EXPG/783/15 de 07/07/15).** ----- A notificação feita nada tem a ver com alteração do plano de Pormenor da UOPG 0, da autoria do referido gabinete, mas sim com "Modificações em Obra" nº 1 do artº 59º da lei 32/2015 de 24/4. Nem o autor se pronunciaria de acordo com o nº 3 do artº 59 da mesma lei, dado que o articulado tem a ver com "Modificação em Obra" e não com alteração de Plano de Pormenor. -----

- Como é possível que o Senhor Presidente de Câmara notifique o autor de um Plano de Pormenor para se pronunciar sobre "modificações em obra" quando não é isto que está em causa? Estou em crer que terá sido um lapso, penso que não será má fé? É compreensível que o autor do Plano não responda a este pedido que até parece brincadeira. É de referir que a notificação feita não tinha anexa qualquer proposta de alteração. -----

- **Em vinte e oito de outubro de dois mil e quinze É APROVADO EM REUNIÃO DE CÂMARA O SEGUINTE:** -----

- **"Ponto 2.3 — Proposta de Alteração ao Plano de Pormenor da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 0 de Borba** – Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao referido Plano, por solicitação da Santa Casa da Misericórdia de Borba, que tem como finalidade proceder a acertos na área qualificada como Solo Urbanizado – Espaços de Usos Especiais, destinados a Equipamentos da Santa Casa, em função da evolução das condições sociais que lhes estão adjacentes."-----

----- Existe discrepância entre a ata da reunião e o respetivo edital. Isto é, enquanto na ata consta de que a mesma é ordinária (não publica) no edital consta de que a reunião foi pública. Ora não se pode tomar uma decisão de alterar um Plano de Pormenor de grande impacto no crescimento da cidade numa reunião ordinária que não seja pública. -----

----- O Plano de pormenor em causa não abrange somente o espaço da "Quinta da Prata". Esta área faz parte duma área mais vasta de cerca de vinte hectares e uma diversidade de parcelas com diferentes proprietários. Esta alteração resultou de "pressão" feita pela Santa Casa da Misericórdia de Borba para proceder à alteração, esquecendo o município que qualquer alteração em termos de plano a executar nesta parcela se reflete em todo o plano nomeadamente no que se refere à perequação. O pedido é feito pela Santa Casa da Misericórdia não tendo sido feita qualquer consulta antecipada a



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

todos os proprietários que possuem parcelas na área do PP. -----

- Em vinte e cinco de maio de dois mil e dezasseis é APROVADA A PROPOSTA DE DISCUSSÃO PÚBLICA DA ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA UOPG 0. -----

- “Ponto 2.8. – Proposta de Abertura do Período de Discussão Pública da Alteração ao Plano de Pormenor da UOPG0 – Deliberado, por unanimidade, proceder à abertura do período de discussão pública que deverá ocorrer durante vinte dias úteis, contados após o decurso de cinco dias subsequentes da publicação do aviso em diário da república.”-----

----- Foi aprovada a proposta de abertura do período de discussão pública tendo sido emitidos pareceres favoráveis da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, ANPC, EDP e ISS. No entanto, não existe qualquer parecer da DRCAIentejo (Direção Regional de Cultura do Alentejo) dado que existe um imóvel em área consolidada, (Oficina do Idoso) que se encontra inserida nesta parcela e que se encontra na área de influência do Paço Processional (imóvel em vias de classificação) localizado na Rua de São Bartolomeu. -----

- Em vinte de julho de dois mil e dezasseis É APROVADA A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA UOPG 0 CONCLUSÃO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA -----

- “Ponto 2.2. – Proposta de Alteração ao Plano de Pormenor da UOPG0 – Conclusão do Período de Discussão Pública – Decorrido o período de discussão pública sem ter sido apresentada nenhuma sugestão, reclamação ou observação, foi deliberado por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a respetiva proposta de alteração ao Plano de Pormenor da UOPG0. -----

- Consideramos que uma grande alteração desta importância no Plano de Pormenor extremamente importante para o crescimento da cidade, faria todo o sentido que os proprietários de todas as parcelas tivessem sido notificados e que a decisão de alteração deste PP devia ter sido amplamente divulgada, nomeadamente junto dos órgãos de comunicação social do concelho e da região. -----

- Em vinte e dois de setembro O AUTOR DO PROJETO (ARQ. AMORIM S.A.) ENVIA EXPOSIÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA -----

- A leitura da exposição enviada ao Senhor Vereador Dr. Nelson Sousa e também aos restantes vereadores e Presidente é bem clara. Na qualidade de autor do Plano de Pormenor o Senhor Arquiteto Amorim levanta inúmeras questões que demonstram os reflexos negativos que tal alteração provoca. E refere: “Anoto preliminarmente ter sido, na qualidade anteriormente mencionada, oficiado pela Câmara Municipal em comunicação de sete de julho de dois mil e quinze (ofício EXPG/783/15) carecendo, no entanto, tal comunicação de qualquer informação relevante relativamente ao processo de alteração pelo que seu conteúdo não poderia, portanto, determinar qualquer parecer”. -----

- Obviamente que é notória a forma pouca cuidada como toda esta alteração foi executada pela Câmara Municipal de Borba, feita a pedido de um proprietário apenas. -----

- Os Eleitos do PS -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta de alienação das participações do Município de Borba na empresa Gestora das áreas de Deposição Comum dos Mármore, S.A.

----- O presidente da Câmara Municipal informou que a EDC mármore S.A. "(...) é uma empresa com prejuízos consecutivos há mais de três anos e que o município tem todo o interesse em vender as suas participações por um valor correto. É uma empresa com grande património, mas o seu estado financeiro é muito delicado".

----- O membro Paulo Ferreira perguntou ao senhor presidente, se já existe algum potencial comprador e se a proposta em análise é para saber qual a possibilidade de se propor a venda? Justificou "(...) isto porque, nos documentos que analisei, os dois relatórios que existem têm algumas divergências, nos valores apurados (...)". Continuou "(...) quando esta venda for feita, é importante termos acesso ao regulamento detalhado dessa mesma venda (...)".

O presidente da Câmara Municipal respondeu ao membro Paulo Ferreira, que neste momento não há nenhum comprador.

----- Informou ter havido uma reunião com o Secretário de Estado do Ambiente em Estremoz, terem efetuado uma visita às instalações e aguardarem até este momento por uma reunião com o Ministro da Economia, que ficou para agendar.

----- Lamentou o facto da Comissão de Coordenação do Alentejo fazer parte da EDC mármore S.A., e nunca ter tido uma postura diferente em relação à situação desta e outras empresas, das quais são sócios, junto do Governo Central, para este tipo de situações.

----- O membro Ângelo de Sá referiu que de acordo com a legislação após três anos de prejuízo, é obrigatório a Câmara tomar uma decisão.

Acrescentou, aquela empresa foi criada com base em pressupostos e em estudos de viabilidade económica que assentavam em determinado tipo de projetos, que não se concretizaram por razões de natureza diversa.

----- Continuou aquela área foi visitada, há cerca de um mês, por um grupo de empresários chineses, os quais demonstraram algum interesse nas instalações, no entanto não é fácil a negociação com os mesmos, atendendo à situação económica da empresa.

----- O presidente da Câmara Municipal informou que acerca de um ano atrás também houve outros grupos (Grupo Lena e a Motengil) interessados nas instalações, no entanto o negócio nunca se concretizou.

----- O presidente da Assembleia Municipal perguntou ao plenário de acordo com o artigo 31º do regimento, se continuavam com a reunião, ao qual o plenário concordou por unanimidade, a sua continuidade.

----- Seguidamente, não havendo mais inscrições para intervenção, o senhor presidente, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Proposta de Fixação de Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2017.

----- O presidente da Câmara Municipal disse em conformidade com o disposto no artigo 112º do CIMI as taxas propostas do IMI para: a) prédios rústicos 0,8%; b) prédios urbanos 0,45%. No caso dos prédios em ruínas, a taxa prevista na alínea b) é elevada ao triplo. O agravamento de 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.

----- Explicou, que a situação em que o município de Borba se encontra não permite aplicar outras taxas. Continuou no PAEL, para que não sejamos penalizados, temos de cumprir com o que assumimos.

----- O membro **Ângelo de Sá** referiu não ter muito a acrescentar ao que vem dizendo desde há três anos a esta parte, no entanto, disse que independentemente do PAEL, os eleitos do partido socialista teriam outra opção.

----- Congratulou-se com a passagem da taxa do IMI de 0,5%, para 0,45%, tal como preceituado pelo governo.

----- Reiterou "(...) os eleitos do partido socialista politicamente tinham uma opção de valor mais baixo, no entanto congratulamo-nos com a decisão do governo (...)".

----- O membro **Quintino Cordeiro** desejou boa noite a todos os presentes e congratulou-se com o facto de o município ter aplicado a taxa de quatro e meio por cento do IMI, quando poderia ter aplicado a taxa de cinco por cento.

----- Seguidamente alertou para a majoração da taxa do IMI em trinta por cento a aplicar aos prédios urbanos degradados, e disse que nesta sua intervenção queria solicitar ao executivo que a referida majoração, fosse segundo disse, "(...) aplicada dentro da malha urbana, a imóveis que estejam a perigar os vizinhos, ou quando os donos dos imóveis não queiram fazer as melhorias (...)". Continuou "(...) Nunca se deve aplicar majoração dos trinta por cento em prédios urbanos, dentro dos prédios rústicos".

----- O presidente da Câmara Municipal respondeu que a proposta apresentada tem que ver com opções tomadas. No que respeita ao agravamento dos trinta por cento da taxa de IMI em prédios urbanos degradados, referiu já ter perguntado ao chefe de divisão, qual a possibilidade de acautelar as situações enunciadas pelo membro Quintino Cordeiro, de acordo com a lei.

----- O membro **Quintino Cordeiro** interveio "(...) neste caso em que se aplica os trinta por cento, deve-se ouvir os proprietários, eles têm direitos de audição e penso que não foi feito".

----- O presidente da Câmara Municipal disse que tudo iria ser feito de acordo com a legislação em vigor.

----- O vereador **Joaquim Serra** desejou boa noite a todos os presentes e alertou para o facto da



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

il

intervenção do membro Quintino Cordeiro, ser uma opinião pessoal, nada que constasse na legislação em vigor.-----

----- Seguidamente realçou o facto da deliberação de Câmara ter sido no sentido de aplicar os trinta por cento aos prédios urbanos degradados. -----

----- **O vereador Benjamim Espiguiinha** desejou boa noite a todos os presentes e disse “ (...) o membro Ângelo de Sá, demonstrou há pouco uma grande preocupação com a legalidade da aprovação da Alteração do Plano da UOPG0, mas agora com o IMI, essa preocupação não existe. Mas foi o senhor que se comprometeu a ter as taxas máximas de IMI. (...)”. -----

----- Continuou “(...) o senhor esquece-se facilmente daquilo que assinou, daquilo com que se comprometeu, e comprometeu todos os borbenses”.-----

----- No seguimento disse “(...) lamento que na altura em que a Câmara podia baixar as taxas de IMI com o senhor na presidência, com o apoio da bancada do partido socialista, e com o apoio do atual presidente da Câmara incluído, não tivessem seguido a recomendação, e a proposta do PSD, e depois quando passam para a oposição, e são legalmente obrigados a ter a taxa máxima de IMI rapidamente mudam de ideias (...)”. -----

----- **O membro Ângelo de Sá disse** “(...) a intervenção do senhor vereador Benjamim foi descabida, porque ele só deve intervir quando questionado pela assembleia, ou quando o senhor presidente lhe ceder a palavra para ele responder (...)”. -----

----- Explicou, “(..) anteriormente quando foi aplicada a taxa máxima do IMI, tinha que ver com a questão do valor patrimonial. Quando, nós dizemos, aqui, que o valor tem que ser reduzido, não tem que ver com o PAEL, mas sim, com medidas que o executivo deveria ter tomado no sentido de ultrapassar o PAEL (...). Entendemos, que á semelhança daquilo que foi feito na Câmara de Évora, que contraiu um empréstimo para pagar o PAEL. Se calhar a câmara de Évora, tem um gabinete jurídico e uns conselheiros diferentes da câmara de Borba (...)”. -----

----- No seguimento disse discordar da intervenção do membro Quintino Cordeiro, no que respeita á auscultação dos proprietários, no que á aplicação da majoração de trinta por cento da taxa de IMI aos prédios urbanos degradados concerne, e ter sido a intervenção do senhor vereador Joaquim Serra, sobre esse assunto, elucidativa. -----

----- Acrescentou, que uma das técnicas utilizadas por outros municípios para angariação de receitas, era a taxação dos prédios que não tinham requisição de contador de água. -----

----- **O membro Luís Baltazar** realçou que nem todos os municípios que integram o PAEL I, aplicam as taxas máximas, exemplificando o caso do Município de Mourão. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** informou ter sido o empréstimo efetuado pela Câmara Municipal de Évora para atender a dificuldades diversas, e não para o pagamento do PAEL. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições para intervenção, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com doze votos a favor (dez**



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

votos dos eleitos do MUB, dois votos dos eleitos do PSD) e sete votos contra (cinco dos eleitos do PS e dois dos eleitos da CDU). -----

----- Os eleitos do PS apresentaram e leram declaração de voto, que seguidamente se transcreve e arquiva em pasta anexa como **documento nº10**. -----

- “Declaração de voto” -----

- Fixação de taxa de IMI para 2017 -----

- Já passaram três anos de gestão MUB e nada justifica que o argumento utilizado para não baixar as taxas do IMI continue a ser o facto do Município de Borba ter aderido ao PAEL, estamos a falar de cerca de 2.385.000,00€ recebidos nos últimos 4 anos. -----

- Aliás, os pressupostos e previsões em que assentou a candidatura imposta pelo governo de então já caíram por terra, veja-se o exemplo da evolução das receitas de IMI e a gestão do MUB nada fez para alterar esta situação, à semelhança do que outros municípios com gestão partidária diversificada, têm utilizado as mais variadas forma de ultrapassar as regras que o PAEL aconselha, o que não foi feito pelo Município de Borba. -----

- Temos verificado que a atual maioria tem manifestado preocupação em baixar receitas que só favorecem alguns e não a globalidade dos habitantes do concelho, não estando aí preocupados com a diminuição de receitas de acordo com o PAEL. -----

- A população tem sofrido a austeridade imposta pelo governo, como tal deveria ser o Município de Borba a atenuar a austeridade que tem recaído sobre ela, devendo para tal reduzir a percentagem do IMI. -----

- Neste momento e neste ano piorou, a maioria do executivo MUB apresenta-nos uma trapalhada de proposta que não se sabe bem o que pretendem, nomeadamente em relação aos prédios em ruínas e prédios urbanos degradados. Já se torna anedótica a justificação da não aplicação do agravamento desta taxa para não justificar a incompetência da gestão MUB em resolver o assunto. -----

Os eleitos do PS recordam que o Município recebeu o seguinte: -----

- 2012 – 366.623,49€ -----

- 2013 – 515.173,69€ -----

- 2014 – 719.594,53€ -----

- 2015 – 783.189,00€ -----

- Os eleitos do PS congratulam-se com a decisão do governo em ter reduzido o valor da taxa máxima de 0,50% para 0,45% e não podem concordar com a proposta apresentada pelo executivo de taxa a aplicar no concelho. Vão votar contra por considerarem que não faz sentido o valor máximo de taxa. --

- A maioria MUB não quer baixar a taxa para fazer aproveitamento político da mesma quando afirma



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

que é o PAEL que impõe. -----

- Esta declaração de voto deve ser enviada para: -----

- Primeiro Ministro -----

- Presidente da CCDRA -----

- Direção Geral das Autarquias Locais -----

- Inspeção Geral de Finanças -----

- Associação Nacional Municípios Portugueses -----

- Órgãos de Comunicação Social -----

- Os Eleitos do PS" -----

----- Os eleitos do PSD, apresentaram e leram declaração de voto, que seguidamente se transcreve e arquiva em pasta anexa como **documento nº11**. -----

- "Declaração de voto -----

- Imposto Municipal sobre Imóveis para 2017 -----

- Entendemos votar favoravelmente a aplicação das Taxas Máximas de IMI para 2017 unicamente pelo facto de tal resultar de uma imposição legal fruto do compromisso assumido pelo município de Borba – então sob a presidência do Partido Socialista e com a conivência do atual Presidente da Câmara – aquando da candidatura ao PAEL, fruto de uma gestão irresponsável dos partidos que têm governado a Câmara de Borba. -----

- No atual contexto, não votar favoravelmente significaria o incumprimento e a violação da lei, para além de significar também que afinal a "palavra dada tinha deixado de ser palavra honrada". -----

- Os eleitos do PSD -----

- Os eleitos da CDU informaram que tinham uma declaração de voto para apresentar, mas que a mesma só seria entregue, depois de discutidas e votadas todas as taxas, no ponto três ponto nove, uma vez que a referida declaração de voto englobava todas as taxas. -----

PONTO TRÊS PONTO SETE: Proposta de Lançamento de Derrama para o ano de 2017. –

----- O presidente da Câmara Municipal informou que era mais uma proposta para fazer cumprir os compromissos assumidos, relativamente ao PAEL. -----

----- O membro Paulo Ferreira perguntou à bancada do MUB, "(...) porque é que não isentam as empresas de derrama, conforme estava referido no vosso programa eleitoral." -----

----- O membro Ângelo de Sá disse que na opinião dos eleitos do PS, a isenção das empresas

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

relativamente á derrama, seria uma forma de atenuar as dificuldades com que as empresas se debatem nesta altura. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições para intervenção, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com doze votos a favor (dez votos dos eleitos do MUB, dois votos dos eleitos do PSD) e sete votos contra (cinco dos eleitos do PS e dois dos eleitos da CDU)**. -----

----- Os eleitos do partido socialista apresentaram e leram declaração de voto, que seguidamente se transcreve e anexa em pasta anexa como **documento nº12**. -----

- “Declaração de voto -----

- Lançamento Derrama 2017 -----

- Já passaram três anos de gestão MUB, nada justifica que o argumento utilizado para não acabar ou modificar a % da taxa a aplicar continue a ser o facto do Município de Borba ter aderido ao PAEL, refira-se que em 6 anos foram arrecadados cerca de 213.000,00€. -----

- Aliás, os pressupostos e previsões em que assentou a candidatura imposta pelo governo de então já caíram por terra, veja-se o exemplo da evolução das receitas da derrama e a gestão MUB nada fez para alterar esta situação, à semelhança do que outros municípios têm feito para ultrapassar as regras que o PAEL aconselha. -----

- Temos verificado que a gestão MUB tem manifestado preocupação em baixar receitas que só favorecem alguns e não a globalidade dos habitantes do concelho, não estando aí preocupados com a diminuição de receitas de acordo com o PAEL. -----

- Neste momento de crise que afeta toda a Europa e o nosso país em particular e o nosso concelho, está na hora de dar alguns benefícios às empresas existentes e até mesmo incentivar outras a instalarem-se o que certamente se refletiria na criação de emprego, nem sequer para este problema a gestão MUB está sensibilizada. -----

- O executivo MUB nenhum esforço faz no sentido de baixar os impostos agarrando-se ao PAEL e pareceres dos órgãos da tutela ou por eles controlados para justificar o injustificável e fundamentalmente assentes em pareceres tecnocratas que tomam decisões políticas. -----

- Os eleitos do PS lembram que o Município recebeu: -----

- 2012 – 33.203,90€ -----

- 2013 – 29.677,11€ -----

- 2014 – 46.869,25€ -----

- 2015 – 39.407,81€ -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

il

- Os eleitos do PS vão votar contra dado que não podem concordar com a aplicação deste valor da derrama por considerarem que existe formas de isentar total ou parcialmente as empresas já por si com grandes dificuldades económicas. -----

- Esta declaração de voto deve ser enviada para: -----

- Primeiro Ministro -----

- Presidente da CCDRA -----

- Direção Geral das Autarquias Locais -----

- Inspeção Geral de Finanças -----

- Associação Nacional Municípios Portugueses -----

- Órgãos de Comunicação Social -----

- Os Eleitos do PS" -----

----- A declaração de voto dos eleitos da CDU será apresentada e lida conjuntamente no ponto três ponto nove da ordem de trabalhos. -----

PONTO TRÊS PONTO OITO: Proposta de Fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2017. -----

----- O presidente da Câmara Municipal informou que era mais uma proposta com base nos compromissos assumidos anteriormente, aquando da assinatura do PAEL. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal não havendo mais inscrições para intervenção, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com doze votos a favor (dez votos dos eleitos do MUB, dois votos dos eleitos do PSD) e sete votos contra (cinco dos eleitos do PS e dois dos eleitos da CDU).** -----

----- Os eleitos do PS, apresentaram e leram uma declaração de voto, que seguidamente se transcreve e anexa em pasta anexa como **documento nº13.** -----

- **"Declaração de voto** -----

- Fixação Taxa Municipal de Direitos de passagem para 2017 -----

----- Desde sempre se tem discutido a razão da aplicação desta taxa que é bastante polémica e poderia vir a ser alterada a legislação não só para os serviços de comunicações eletrónicas mas também para todas as redes propriedade do município e das quais empresas públicas e/ou privadas se servem para obter lucros elevados. -----

- Passado um ano a gestão MUB nada fez ou desconhecemos que o tenha feito, para pressionar as empresas que utilizam o nosso espaço para explorar as suas redes sem haver qualquer contrapartida financeira para o Município. -----

- Os eleitos do PS embora reconheçam que deveriam ser as empresas a pagar e não os munícipes. É nosso entendimento que deveria ser o governo a legislar nesse sentido. -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

- Como o governo não o faz tendo em conta que o valor é pouco significativo e que as receitas têm aumentado bastante não se justifica neste momento a aplicação desta taxa e como tal os Eleitos do PS votam contra. -----
- Esta declaração de voto deve ser enviada para: -----
- Primeiro Ministro -----
- Presidente da CCDRA -----
- Direção Geral das Autarquias Locais -----
- Inspeção Geral de Finanças -----
- Associação Nacional Municípios Portugueses -----
- Órgãos de Comunicação Social -----
- Os Eleitos do PS -----
- Os membros da CDU apresentaram declaração de voto oral, na pessoa do membro João Pedro Paulo, que seguidamente se transcreve: -----
- " Na sequência das votações que temos feito nos outros anos, votamos contra, porque achamos que esta taxa quem a deve suportar devem ser as empresas de telecomunicações". -----

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Proposta de Fixação de Participação Variável no IRS para o ano de 2017.

----- O presidente da Câmara Municipal referiu que vão trabalhar as "coisas", de forma que futuramente, possam modificar esta proposta no sentido de devolverem o valor do IRS pago aos contribuintes. De momento, esta questão está condicionada a compromissos assumidos. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal não havendo mais inscrições para intervenção, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com doze votos a favor (dez votos dos eleitos do MUB, dois votos dos eleitos do PSD) e sete votos contra (cinco dos eleitos do PS e dois dos eleitos da CDU).** -----

----- Os eleitos do PS, apresentaram e leram uma declaração de voto, que seguidamente se transcreve e anexa em pasta anexa como **documento nº14.** -----

- "Declaração de voto -----

- Fixação de Participação Variável do IRS para 2017 -----

- Já passaram três anos de gestão MUB e nada justifica que o argumento utilizado para não baixar a % da participação variável do IRS continue a ser o facto do Município de Borba ter aderido ao PAEL, estamos a falar de cerca de 580.000,00 € recebidos em quatro anos. -----

----- Aliás, os pressupostos e previsões em que assentou a candidatura imposta pelo governo de então já caíram por terra, veja-se o exemplo da evolução das receitas do valor recebido sobre esta participação variável do IRS e a gestão MUB nada fez para alterar esta situação, à semelhança do que



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

il

outros municípios têm feito para ultrapassar as regras que o PAEL aconselha, o que não foi feito pelo Município de Borba.-----

Temos verificado que a atual gestão MUB tem manifestado preocupação em baixar receitas que só favorecem alguns e não a globalidade dos habitantes do concelho, não estando aí preocupados com a diminuição de receitas de acordo com o PAEL. -----

----- A população tem sofrido a austeridade que lhe foi imposta, como tal deveria ser o Município de Borba a atenuar a austeridade que tem recaído sobre ela, devendo para tal reduzir a % da participação variável do IRS que entraria diretamente como receita dos contribuintes do nosso concelho. -----

- O executivo MUB pretende fazer política ao manter o valor máximo e vitimizandose com a existência do PAEL. -----

- Os eleitos do PS lembram que o Município recebeu: -----

- 2012 – 114.076,00€ -----

- 2013 – 113.197,00€ -----

- 2014 – 172.193,00€ -----

- 2015 – 171.528,00€ -----

- Os eleitos do PS votam contra por considerarem que é possível reduzir o valor e beneficiar a população carregada de impostos a todos os níveis. -----

-Esta declaração de voto deve ser enviada para: -----

- Primeiro Ministro -----

- Presidente da CCDRA -----

- Direção Geral das Autarquias Locais -----

- Inspeção Geral de Finanças -----

- Associação Nacional Municípios Portugueses -----

- Órgãos de Comunicação Social -----

- Os Eleitos do PS" -----

----- Os eleitos da CDU apresentaram e leram a declaração de voto conjunta, referente aos pontos da ordem de trabalhos; 3.6; 3.7 e 3.9, que de seguida se transcreve e anexa em pasta anexa como documento nº 15. -----

- “Declaração de Voto -----

- Votamos contra as propostas de Fixação de Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis, de Lançamento de Derrama e Fixação de Participação Variável do IRS para o ano de 2017 apresentadas, porque entendemos que são lesivas para os interesses dos munícipes, no sentido em que, com a atual situação de crise que vivemos, as famílias têm cada vez menos rendimento disponível. Esta carga de impostos continua a agravar as condições de vida da população e das empresas do concelho, num momento em que, o que se exigia era um abrandamento dos sacrifícios, tal como tem acontecido a

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

nível nacional. -----

- A gestão ruínosa do partido socialista culminou com a obrigação de assinar um plano de apoio à economia local (PAEL), que contempla um plano de ajustamento financeiro, que tem levado ao estrangulamento da atividade do município e tem originado aos borbenses esforços acrescidos relativamente aos concelhos vizinhos. -----

- A aprovação do PAEL, com os votos contra da CDU, foi determinante para estar aqui esta proposta, no entanto, na atual situação financeira do município, pensamos que já deveria ter sido preparada e apresentada uma proposta de renegociação do plano de ajustamento financeiro. -----

- Os eleitos da CDU " -----

PONTO TRÊS PONTO DEZ: Pedido de autorização à Assembleia Municipal para Assunção de Compromissos Plurianuais- Aquisição de Serviços de Desenvolvimento de Atividades de Enriquecimento Curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico de Borba – Ano de 2016/2017.

----- O presidente da Câmara Municipal referiu que o procedimento adotado este ano para a aquisição de serviços de desenvolvimento de Atividades de Enriquecimento Curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico de Borba é idêntico ao do ano passado. Acrescentou ter-se contratado a mesma empresa, do ano anterior, para o fornecimento desses serviços. -----

----- Disse, "(...) caso as AEC'S, sejam aprovadas hoje aqui, iniciarão na próxima semana. Os professores a contratar são pessoas experientes nas matérias que vão lecionar". -----

----- O membro Luís Baltazar dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara disse, "(...) sendo a Câmara a entidade promotora das Atividades de Enriquecimento Curricular, porque razão, é que não cumpriu com os requisitos e a preparação das AEC'S, (...), de forma a iniciarem ao mesmo tempo que as outras atividades letivas". No seguimento, questionou se as AEC'S vão mesmo começar na próxima semana. -----

----- O presidente da Câmara Municipal explicou que aquela tinha sido "uma opção política, a qual assumia". -----

----- Respondeu ao membro Luís Baltazar "(...) se esta proposta for aqui hoje aprovada, as AEC'S iniciarão no próximo dia quatro de outubro". -----

----- O membro Luís Baltazar disse "(...) depreendo que as AEC'S, começam depois das outras atividades letivas, porque (...) foi uma decisão política". -----

----- O presidente da Câmara Municipal disse "(...) assumo a responsabilidade, por esta decisão política". -----

----- O presidente da Assembleia Municipal não havendo mais inscrições para intervenção, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com dez votos a favor (dos eleitos do MUB), seis votos contra (quatro dos eleitos do PS e dois dos eleitos da CDU) e três**



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

abstenções (um eleito do PS e dois dos eleitos do PSD). -----

----- Os eleitos da CDU, apresentaram e leram uma declaração de voto, que seguidamente se transcreve e anexa em pasta anexa como **documento nº16.** -----

- **"Declaração de Voto** -----

- Votamos contra o pedido de autorização de aquisição de serviços de desenvolvimento de atividades de enriquecimento curricular, do 1º ciclo do ensino básico, para o ano letivo 2016/2017 porque entendemos que a metodologia seguida ao longo dos últimos anos, com recurso à contratação de uma empresa para a colocação dos professores, não é a que melhor serve os interesses da câmara, dos professores e das crianças. O início tardio das AEC'S relativamente à abertura deste ano letivo, revela um conformismo por parte dos eleitos responsáveis pela gestão do município e a não preparação de processos alternativos. O pedido de autorização para assumir compromisso plurianual, com pagamento integral no ano de 2017, reveja bem as dificuldades orçamentais do município e a incapacidade de reduzir despesa corrente, de modo a que mesma possa ser lançada no ano a que diz respeito. -----

- Os eleitos da CDU -----

----- Os eleitos do PS apresentaram declaração de voto, que seguidamente se transcreve e arquiva em pasta anexa como **documento nº17.** -----

- **"Declaração de voto** -----

- Os eleitos do Partido Socialista vêm manifestar o seu profundo lamento pela forma incapaz como a Câmara Municipal e especialmente o Sr. Presidente conduziu todo o processo de arranque do ano letivo de 2016. Concursos de pessoal atrasados, funcionários com vínculos precários e as AEC's – Atividades de enriquecimento curricular, ao contrário do que sempre sucedeu, não começaram juntamente com o início das aulas. -----

- O município falhou com os pais, falhou com os professores e restante comunidade escolar, mas, sobretudo, falhou com os alunos. São os alunos os principais prejudicados de tamanha incompetência e, pior, segundo o Sr. Presidente, a decisão de atrasar o início das AEC's foi do próprio, sendo, portanto, uma decisão política. -----

- Os Eleitos do Partido Socialista votam contra, não porque haja algum motivo de discordância acerca das AEC'S mas sim pela forma descuidada como foi gerido todo o processo e neste sentido a Câmara Municipal enquanto entidade promotora das AEC'S nomeadamente o Sr. Presidente merecem o nosso clamoroso chumbo. -----

- Mas, ao mesmo tempo, exigimos que a Câmara Municipal honre os seus compromissos, que se responsabilize pelo que é da sua competência, designadamente pela educação das nossas crianças. Infelizmente, este foi mais um caso onde ficou demonstrada a incapacidade deste executivo em gerir a autarquia. -----

- Os Eleitos do PS" -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

PONTO TRÊS PONTO ONZE: Relatório de Monitorização e Acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro Integrado no PAEL – 2º Trimestre de 2016 – Informação à Assembleia Municipal.

----- O presidente da Câmara Municipal informou que os dois técnicos da Câmara, da área financeira, não puderam estar ali presentes, um por motivos de saúde e o outro por motivos pessoais. Acrescentou, que qualquer um dos membros interessados, numa explicação mais pormenorizada da informação em análise, poderia contactar os serviços da área financeira do município e a mesma ser-lhe-ia facultada. -----

----- O membro Ângelo de Sá referiu "(...) uma vez que não puderam estar aqui presentes os técnicos da Câmara para uma explicação sobre a informação prestada, então que tivesse vindo o ROC (...)". -----

----- O membro João Pedro Paulo disse "(...) uma vez que não conseguimos ter aqui uma explicação cabal, sugeria que na próxima Assembleia se fizesse a Monitorização e Acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro integrado no PAEL – 2º Trimestre de 2016, assim como o Relatório Semestral, do 1º Semestre de 2016, elaborado pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) (...), que não foi aqui explicado hoje, (...)". -----

----- Seguidamente gerou-se um burburinho na sala entre os diversos membros, devido à situação atrás elencada, referindo-se que o ponto em análise e o próximo ponto, deveriam ter sido retirados, quando se soube da impossibilidade de comparência dos técnicos.

O membro Paulo Ferreira disse que a mesa da assembleia ao se aperceber da ausência dos técnicos da área financeira deveria ter retirado de imediato esse ponto da ordem de trabalhos. -----

----- O presidente da Assembleia respondeu, que só soube daquela situação já decorria a Assembleia. Acrescentou, são situações imprevistas. -----

PONTO TRÊS PONTO DOZE: Apreciação do Relatório Semestral, do 1º Semestre de 2016, elaborado pelo Revisor Oficial de Contas (ROC). Título Informativo.

----- Em virtude da não comparência dos técnicos, nem do ROC na sessão da Assembleia, pelos motivos já anteriormente elencados poderão os senhores membros pedir a informação desejada aos serviços da área financeira do município, sobre a informação da Apreciação do relatório Semestral, do 1º Semestre de 2016 elaborado pelo Revisor Oficial de Contas (ROC). -----

----- Seguidamente o senhor presidente da Assembleia Municipal informou os senhores deputados sobre a palestrante, que virá dia quinze de outubro, fazer um colóquio sobre o tema: "O Ambiente e a Constituição". -----

----- Gerou, um burburinho na sala com intervenções de alguns membros, sobre a forma como foi feito o convite. Segundo a opinião de alguns membros, deveria o convite ter sido endereçado aos



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016)

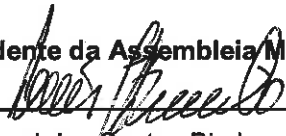
diferentes partidos e não só ao Partido Ecologista os Verdes. Um dos membros colocou também em questão o título do tema do Colóquio, por não ver, segundo disse, qual a relação entre o ambiente e a Constituição da República. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal informou que iriam ser lidas, em voz alta, e votadas, as oito minutas dos pontos da ordem de trabalhos. -----

----- Colocadas a votação, as minutas foram aprovadas por unanimidade dos presentes. -----

----- Por não haver mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas duas horas e dez minutos do dia um de outubro, da qual se lavrou a presente ata composta por quarenta páginas, que por ele vai ser assinada e pelos secretários. -----

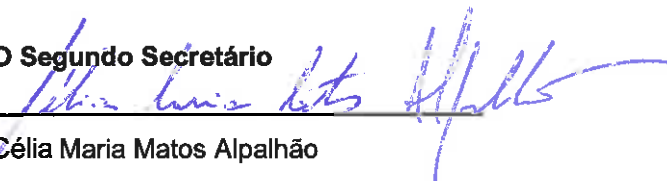
O Presidente da Assembleia Municipal


Luiz Manuel dos Santos Bimbo

O Primeiro Secretário


Leonel António Valentim Infante

O Segundo Secretário


Célia Maria Matos Alpalhão